

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.012 - PE (2019/0303471-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ELOILSON PEREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : RAPHAEL PARENTE OLIVEIRA - PE026433
MARIZA GOMES XAVIER DE ANDRADE - PE038898
RENATO ELEOTERIO COSTA SANTANA - PE046725
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ELOILSON PEREIRA DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Consta dos autos que o recorrente foi preso pela suposta prática do crime de estelionato.

Na ação originária, alegou a defesa a falta dos requisitos para a custódia cautelar do recorrente.

No entanto, a Corte de origem denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 100/101):

HABEAS CORPUS - PRISÃO PREVENTIVA - ACUSAÇÃO DE ESTELIONATO - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO IDÔNEO NO DECRETO PRISIONAL - IMPROCEDÊNCIA - REITERAÇÃO DELITIVA - MEDIDA NECESSÁRIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PACIENTE ADVOGADO - PEDIDO DE RECOLHIMENTO EM "SALA DE ESTADO MAIOR" OU EM DOMICÍLIO - INSCRIÇÃO NA OAB SUSPENSÃO - NÃO CABIMENTO.

1- O paciente foi denunciado em razão de estelionato (art. 171 do Código Penal), com prisão preventiva decretada em 08/07/2019.

2 - Alegou a impetrante que o juízo de origem decretou a prisão preventiva na audiência de instrução com fundamento apenas na ausência do paciente ao ato que, além de não ser motivo suficiente para a medida, foi devidamente justificada.

3 - No entanto, o decreto prisional não é baseado apenas no não comparecimento do réu à audiência, uma vez que o juiz de piso destaca o fato de o paciente responder a outros processos criminais por estelionato.

4 - De fato, segundo o sistema de acompanhamento processual do TJPE (o JudWin), o paciente possui uma condenação transitada em julgado e ainda responde a outra ação penal denúncia foi recebida no último dia 22/05/2019, ou seja, co processo aqui analisado em

Superior Tribunal de Justiça

andamento. Nas três ações pen uma delas instaurada recentemente, o paciente foi acusado mesmo crime, qual seja, o de estelionato.

5 - Diante disso, tem-se que a reiteração na prática de estelionatos por parte do paciente aponta para a sua periculosidade e justifica a segregação cautelar como medida apta a garantir a ordem pública. Pelo mesmo motivo, não se afiguram suficientes para o caso as medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

6 - Com relação ao pedido subsidiário de recolhimento do paciente em "sala de Estado Maior" ou, na sua falta, em prisão domiciliar por ser ele advogado, verifica-se o acusado encontra-se com sua inscrição na OAB suspensa, pelo que não lhe é possível o exercício da advocacia nem valer-se das prerrogativas inerentes à função; ou seja, não assiste ao réu direito à prisão especial, conforme jurisprudência do STJ (HC 368.393/MG).

7 - Ordem denegada.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias, destacando a falta de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar.

Diante disso, pleiteia, liminarmente, que o acusado aguarde em liberdade o julgamento final deste recurso e, no mérito, a revogação do decreto de custódia preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura, para que o recorrente responda solto ao processo.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator